



ENTREVISTA



Presidente do ANDES-SN aponta estratégia para conter retrocessos. **Páginas 6 e 7.**

GREVE GERAL



"Tesourômetro" aponta que cortes no orçamento público federal para a ciência já ultrapassa R\$ 11,1 bilhões. **Página 3.**

OPINIÃO



As Lutas de Classes do século XXI apontam para duas vias irreduzíveis entre si, qualitativamente distintas e antagônicas. **Página 10.**

Fissuras no INC levantam dúvidas sobre a qualidade de prédios da Ufam

Não é de hoje que a tesoura do orçamento de setores fundamentais para o desenvolvimento nacional, como a educação, a ciência e a tecnologia, corta vorazmente o erário. Para falar sobre isso, não pretende-se retroceder aos idos de 1500. Em passado recente, a tesoura comia com gosto desde 2007, quando o Decreto 6.096 de 2007 implantava o REUNI e também uma política de expansão similar a um eletro-eletrônico barato Made in China. Que o digam os colegas de Benjamin Constant, cujas instalações, por Tutatis, ameaçam desabar sobre suas cabeças. Aliás, não só em Benjamin, mas em Coari e em

praticamente todas as obras do famigerado REUNI. Que o digam colegas que tiveram carga horária ampliada para atender ao aumento do número de turmas e alunos pós-REUNI.

E haja tesourômetro pra aferir cortes na era Temer! Corta-se de verbas públicas a temas polêmicos na escola! E como numa versão marxista da brincadeira nipônica jankenpon, à tesoura temerosa, mais do que papel e pedra, é necessário contrapô-la com a foice e o martelo. Do martelo do companheiro Macário ao martelo nietzschiano, é necessário que o trabalhador forje sua resistência em todos os planos!

Ainda que o martelo da justiça

brasileira se volte contra o trabalhador, lutemos contra os retrocessos! A solidariedade de classe, no seio da burguesia, já demonstrou que, de togados como Marco Aurélio Mello a jagunços togados, como Gilmar Mendes, todos, chamados a arbitrar conflitos envolvendo políticos conservadores, empresários e congêneres, martelam fora do penico.

Esta lei que nasce de um governo ilegítimo e é utilizada para prejudicar o trabalhador, não merece mais do que desprezo. Insurgir-se contra tais injustiças requer organização de classe. Neste sentido, esta entidade, mais do que nunca, está decidida a não medir esforços para construir a resistência.

Notas

PGR denuncia Temer por corrupção

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou no último dia 26 de junho, o presidente Michel Temer ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo crime de corrupção passiva. A acusação é baseada nas investigações iniciadas a partir do acordo de delação premiada da JBS. O áudio da conversa gravada pelo empresário Joesley Batista, um dos donos da empresa, com o presidente, em março, no Palácio do Jaburu, também é uma das provas usadas no processo. Para o procurador, Temer usou Rocha Loures para receber vantagens indevidas. Mesmo com a chegada da denúncia, o STF não poderá analisar a questão antes de uma decisão prévia da Câmara dos Deputados. De acordo com a Constituição, a denúncia apresentada contra Temer somente poderá ser analisada após a aceitação de 342 deputados.

Educação básica

Quando a população pensou que o governo já havia praticado todos os ataques possíveis contra a Educação, eis que um decreto do Ministério da Educação (MEC) pega o povo de surpresa ao permitir que a Educação à Distância (EAD), seja aceitável também na Educação Básica. Alvo de uma correção,

no dia 30 de maio, o Decreto nº 9057/17 prevê que a EAD poderá ser utilizada no ensino básico em caso de “complementação de aprendizagem” e “situações emergenciais”. O que na prática significa que a modalidade - comum na iniciativa privada - poderá ser adotada amplamente em detrimento da abertura de vagas, construção de escolas e contratação de docentes para o ensino básico. Para o ANDES-SN, a EAD impede que os alunos interajam em sala de aula, devendo ser usada somente em alguns casos de formação continuada e especializações, mas não em sua totalidade.

62º Conad: delegação da ADUA

Os professores Rosária do

Carmo (1ª tesoureira da ADUA), Marinez de Souza (ICSEZ), Luiz Fernando Souza (IFCHS) e Ana Lúcia Gomes (ICB) foram escolhidos para compor a delegação que vai representar a seção sindical e discutir as pautas da categoria no 62º Conad, que acontece de 13 a 16 de julho, em Niterói (RJ). Rosária do Carmo, vai como delegada - com direito à voz e voto no evento. Já os docentes Luiz Fernando e Ana Lúcia serão observadores, participantes com direito a voz durante o Congresso. O encontro, que terá como tema “Avançar na unidade e reorganização da classe trabalhadora: em defesa da educação pública e nenhum direito a menos!”, é uma das mais importantes instâncias de deliberação do ANDES-SN.

charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: Aldair Oliveira de Andrade (Presidente), Welton Oda (2º Vice-presidente), Kátia Vallina (1ª Secretária), Laura Miranda (2ª Secretária), Maria Rosária do Carmo (1ª Tesoureira) e José Humberto Michiles (2º Tesoureiro).

Diretor Responsável: Welton Yudi Oda

Jornalista Responsável: Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459) e Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Diagramação: Jéssica Martins

Fotografias: Anderson Vasconcelos, Annyelle Bezerra e Daniel Amorim

Chargista: Amarildo

Ilustrações: Jessica Martins

Impressão: Gráfica Amazonas. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009

e-mail: aduass@uol.com.br, imprensa.adua@gmail.com

Endereço: Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.

Site: www.adua.org.br

DESCASO**Ciência brasileira perde R\$ 500 mil por hora**

Foto: Pablo Jacob



Matéria publicada pelo O Globo mostra que a ciência brasileira está “perdendo” dinheiro a um ritmo de R\$ 500 mil por hora, colocando em risco o presente e futuro da produção de conhecimento no país. A conta é do “tesourômetro”, uma espécie de relógio digital inaugurado no dia 22 de junho, no campus da Praia Vermelha da UFRJ que exhibe os cortes no orçamento público federal para as áreas de ciência e tecnologia e instituições de ensino superior este ano e no passado na comparação com 2015, num total que já passa da marca de R\$ 11,1 bilhões.

A inauguração do “tesourômetro” também marcou o lançamento da campanha “Conhecimento sem cortes”. Promovida por professores universitários, cientistas, estudantes e técnicos de diversas instituições de ensino e pesquisa espalhadas pelo país, ela tem como objetivo monitorar e denunciar os cortes no orçamento para a área e suas consequências negativas para a sociedade brasileira, além de sensibilizar a população para o que se produz nas universidades e nos institutos de pesquisa.

“Está sendo perdida toda uma geração de pesquisadores, na qual o governo investiu nos últimos anos, seja na universidade, nos cursos de mestrado e doutorado, bastante dinheiro, e que hoje estão com dificuldade de continuar a suas pesquisas”, disse à Agência Brasil Tatiane Roque, presidente da Associação dos Docentes da UFRJ (Adufrj). “A pesquisa científica é cumulativa e o que está se perdendo agora não se pode recuperar no futuro”.

Estudantes sem condições

Ainda de acordo com Tatiane, sem as bolsas do governo federal alguns estudantes universitários não têm como se manter, com os cortes afetando também o fornecimento de moradia via alojamentos, alimentação por meio de bandejeões. Isto sem falar na própria infraestrutura básica de pesquisa.

“A pesquisa científica precisa de investimentos em material, em reagentes, precisa de laboratórios e também de pessoal para continuar a exercer seu trabalho”, destacou.

Baseado em cálculos do economista Carlos Frederico Leão Rocha, professor da própria UFRJ, o “tesourômetro” considera só as verbas de custeio e investimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), das instituições de pesquisa e universidades, não levando em conta salários de professores, cientistas e funcionários administrativos.

Só no caso do MCTIC, o orçamento original deste ano, que era de cerca de R\$ 5 bilhões e já apenas a metade dos aproximadamente R\$ 10 bilhões registrados em 2013, sofreu no fim de março um contingenciamento radical de R\$ 2,2 bilhões, ou 44%, para ajudar a cumprir a meta fiscal de 2017. Com isso, os recursos da Pasta regrediram a valores registrados 12 anos atrás, apontou a Academia Brasileira de Ciências (ABC) à época.

“Se estamos passando por uma crise no modelo econômico e de desenvolvimento, o que nós precisamos é justamente que se faça o contrário, que se invista em pesquisa, em formação de quadros, em pensadores que nos levem a sair dela (crise)”, concluiu Tatiane.

Cortes no Amazonas

No Amazonas, a situação não é diferente. Nos cinco primeiros meses deste ano, foram cortados metade dos recursos destinados à Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (Fapeam), uma das principais instituições de fomento à pesquisa no Estado.

Dados do Portal da Transparência mostram que entre janeiro e maio deste ano foram liquidados apenas R\$ 11,72 milhões, contra R\$ 25,65 milhões, no mesmo período de 2016. A redução equivale a uma queda de 54,3% na destinação de recursos para a área.

Os cortes no orçamento da Fapeam tiveram início no ano passado, sob a justificativa da crise econômica brasileira, o que acabou levando o governo do Amazonas a enxugar os orçamentos em diversas áreas.

A redução de investimentos em ciência e tecnologia levou pesquisadores e bolsistas a realizarem protestos, em 2016 e no começo deste ano, com o objetivo de denunciar os constantes atrasos nos repasses dos valores das bolsas destinadas a estudantes de mestrado e doutorado. Para terem acesso às bolsas ofertadas pela Fapeam, os estudantes devem comprovar não ter fonte de renda, devendo o benefício ser a única fonte para o custeio dos estudos ao longo da especialização.

Dos R\$ 83,88 milhões autorizados para a Fundação no ano passado, apenas R\$ 58,68 milhões foram efetivamente pagos. Neste ano, o orçamento autorizado é de R\$ 93,9 milhões, 12% a mais que no período anterior.

O Amazonas continua apresentando perdas na arrecadação. Nos cinco primeiros meses deste ano, houve um aumento de 2,1% na receita total, mas considerando a inflação acumulada no período, ainda há um déficit de 2,2%.

Risco de desabamento no INC mostra precariedade dos prédios da Ufam

Fotos: Divulgação Defesa Civil



O risco de desabamento atestado pela Defesa Civil de Benjamin Constant, no bloco 2 do Instituto de Natureza e Cultura (INC), unidade acadêmica da Ufam, conforme noticiado pela ADUA no dia 6 de junho, trouxe à tona um tema bastante debatido durante a greve docente de 2012 e que ainda hoje preocupa a comunidade acadêmica: a falta de infraestrutura das unidades da Ufam fixadas no interior do Amazonas gerada, entre outros motivos, pela expansão açodada através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Criado por meio do Decreto nº 6.096/2007, o Reuni implementou uma falsa democratização no acesso ao Ensino Superior e, em médio prazo, destruiu a qualidade da universidade pública, uma vez que os recursos destinados à construção de prédios não atenderam a quantidade, nem a qualidade das atividades acadêmicas. Somado a isso, sem a contratação de professores e técnicos como contrapartida para atender o aumento da demanda de alunos, houve a ampliação do déficit de profissionais.

Ao mesmo tempo em que é impossível pensar numa educação de qualidade sem a existência de prédios construídos adequadamente, com materiais de procedência confiável e que garantam a segurança de docentes, discentes e técnico-administrativos, a falta de prioridade que o estado brasileiro tem para com a Educação pública em todos os níveis é um ponto que não pode deixar de ser levado em consideração

quando se discute a precariedade imposta às universidades multicampi, ao longo do Brasil, dentre elas a Ufam.

Para o 1º secretário do ANDES-SN e professor da Faculdade de Educação da Ufam (Faced), Fancisco Jacob Paiva, o episódio envolvendo o Instituto apenas confirma as situações levantadas e denunciadas através do Dossiê Reuni/Ufam, elaborado em 2012, pela ADUA, que pontuou em 44 páginas compostas por texto e imagens as condições precárias de salas de aula, laboratórios, bibliotecas e banheiros nos cinco pólos da Universidade Federal do Amazonas.

“Quando um prédio está ameaçado e coloca até em risco de vida as pessoas, está demonstrado o pouco caso com o uso das verbas públicas. Se a proposta de expansão estivesse alicerçada num projeto de desenvolvimento do país, coisas como essa não deveriam acontecer, especialmente em se tratando de uma estrutura ligada ao Ensino Superior público, considerado estratégico para se ter uma nação verdadeiramente livre e soberana”, afirma Paiva.

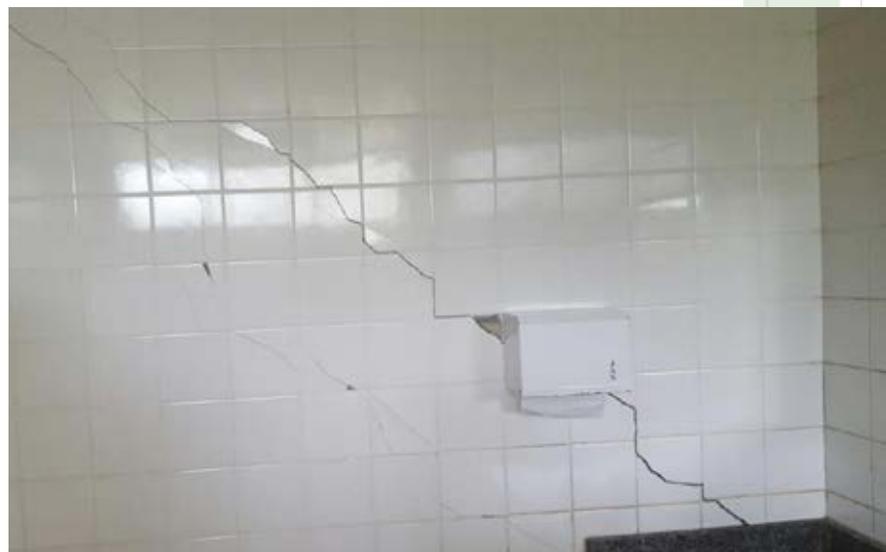
Os reflexos do sucateamento da estrutura física dos prédios da Ufam nos municípios de Benjamin Constant, Coari, Itacoatiara, Parintins e Humaitá vão muito além do impacto no funcionamento diário dos institutos. Localizada na Amazônia, região caracterizada como inóspita e de difícil acesso, a Ufam, em função dessas peculiaridades, já conta com dificuldades para obter recursos humanos qualificados, fator agravado ainda mais pela inexistência de prédios com infraestrutura atrativa, funcional e condizente

com as atividades desenvolvidas.

Com a soma da falta de planejamento no processo de ampliação da Ufam para outros municípios, à ausência de saneamento, ineficiência do transporte público, custo de vida elevado e o isolamento, inerentes às cidades interioranas, pedidos de transferência e desistências de professores da universidade não são raros.

Membro do grupo de docentes que participou da elaboração do Dossiê Nacional para o Ministério da Educação (MEC), em 2012, o cientista social e docente da Ufam, Luiz Fernando Souza relembra os problemas nas instalações das unidades criadas via Reuni. No Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB), em Coari, rachaduras e infiltrações, assim como no INC, foram identificadas, na época. Afundamento no piso de salas de aula, problemas de acessibilidade e de fornecimento de internet integravam ainda o quadro de precariedades da unidade acadêmica. “As instalações das novas unidades acadêmicas apresentavam problemas diversos, desde a estrutura dos prédios, espaço para alimentação, moradia estudantil, laboratórios, até internet”, conta Souza.

Encaminhado ao MEC, o relatório nunca teve seus resultados debatidos. Situação compreensível, uma vez que o dossiê expôs as contradições da política de expansão, a incapacidade de resolver o sucateamento das instalações físicas da universidade, levando em conta o risco de desabamento no prédio da Ufam, em Benjamin Constant.



ADUA solicita à Defesa Civil cópia de relatório de vistoria no INC

Preocupada com os problemas de infraestrutura no prédio do Instituto de Natureza e Cultura (INC) e com as consequências que um risco de desabamento acarretaria à comunidade acadêmica da Ufam, em Benjamin Constant, a ADUA, como entidade representativa dos docentes da universidade, encaminhou, no último dia 19 de junho, um ofício solicitando que o coordenador da Defesa Civil do município, Waldercley de Freitas Bezerra, encaminhe uma cópia do laudo técnico produzido pelo órgão após vistoria no bloco 2.

No documento, a seção sindical pede ainda que a cópia seja enviada por e-mail ou entregue pessoalmente ao representante da ADUA, no INC, professor Josenildo Santos de Souza.

Entenda o caso

Procurada pela assessoria de comunicação da ADUA, no último dia 5 de junho, a Defesa Civil do município de Benjamin Constant, na pessoa do coordenador Waldercley de Freitas Bezerra informou ter identificado risco de desabamento no prédio administrativo da Ufam, onde o órgão realizava, desde do 31 de maio deste ano, uma vistoria técnica para avaliar as condições estruturais do INC, à pedido da própria direção do instituto.

A avaliação encerrada ainda no dia 5, detectou, segundo Waldercley, que o bloco 2 da unidade encontrava-se bastante comprometido e corria o risco de desabar.

“O pedido de realização da vistoria partiu da direção da unidade. A estrutura está muito comprometida, pois o banheiro está cedendo e as colunas apresentam rachaduras. O risco de desabamento é notório”, afirmou, na época, o coordenador.

O INC passou por reformas há quase três anos e desde sua inauguração, em 2006, já consumiu mais de R\$ 15 milhões.

Realizada pela Defesa Civil em parceria com um engenheiro, a vistoria técnica tinha o objetivo de gerar um laudo sobre as condições do prédio, composto por registros fotográficos. A previsão era de que o documento fosse entregue à direção do INC, naquela mesma semana.

Na época, mesmo com o laudo em fase de elaboração, o coordenador do órgão municipal disse à ADUA que, pelas condições estruturais observadas, era necessário interditar todo o bloco 2 e que a evolução das rachaduras identificadas no prédio foi o ponto que mais chamou a atenção da equipe e da direção da unidade. “Quando chegamos ao local, o diretor e o coordenador do instituto acharam estranho como [a rachadura] evoluiu de um dia para o outro. A partir do momento que uma estrutura tem fissuras é porque o dano está ocorrendo há muito tempo”, ressaltou.

Apesar da direção do instituto ter solicitado vistoria apenas no bloco 2, o coordenador da Defesa Civil relatou, na ocasião, que alunos infor-

maram existir danos semelhantes em outros blocos do INC, que continua funcionando normalmente.

Em entrevista à ADUA, o coordenador administrativo do INC, José Maricaua, informou que o prédio administrativo, de dois pavimentos, foi desocupado no último dia 2 de junho e os serviços e setores que funcionavam no local, como a secretaria da unidade acadêmica e as coordenações, foram remanejados e distribuídos entre os outros três prédios do instituto.

“A medida que nós tomamos foi paliativa: fizemos o escoramento do prédio todo para evitar qualquer outro dano. O local foi evacuado, adotamos os procedimentos de prevenção e tomamos as medidas necessárias com relação à infraestrutura”, disse Maricaua, ao informar que o problema foi identificado há três meses e se agravou no mês de junho.

O coordenador administrativo do instituto disse ainda que a situação não oferece riscos à comunidade acadêmica do INC e informou que o INC aguarda a finalização do processo licitatório para reforma predial. Portanto, não há previsão para solução definitiva do problema.

Em 2016, o INC completou dez anos. E dois anos antes passou por processo de ampliação, consumindo outros R\$ 10 milhões para reforma de prédio antigo e construção de três novos blocos, conforme notícia publicada na página institucional da universidade.

Eblin Farage

Presidente do ANDES-SN aponta trabalhadora como saída para



Foto: Daniel Amorim

Fortalecer a unidade da classe trabalhadora para barrar as contrarreformas trabalhista, previdenciária e a terceirização irrestrita, entre outras medidas propostas pelo atual governo federal. Essa é a estratégia que a presidente do ANDES-SN, Eblin Farage, visualiza para conter os retrocessos que ameaçam o acesso da população a serviços básicos como saúde, educação e condições de trabalho dignas. A conclusão foi apresentada em entrevista concedida após a Assembleia Geral que oficializou a criação da CSP-Conlutas Amazonas, no dia 6 de maio, importante passo para consolidar a luta na unidade. Além da AG, Eblin também participou, na noite anterior, de palestra onde apresentou uma análise do conjunto de reformas defendidas pelo governo Temer.

Passada a Greve Geral, que teve grande participação dos docentes universitários, o que vem depois?

Mais mobilização. A Greve Geral foi um sucesso e demonstrou que temos capacidade quando agimos em unidade com as centrais, os movimentos sociais e populares para mobilizar a classe trabalhadora, mas a Greve não foi suficiente para barrar as contrarreformas. Então é necessário a construção de uma nova Greve Geral de 48 horas, como a nossa central indicou, ocupar Brasília e pressionar os deputados por meio de abordagens em suas casas e aeroportos.

Como a categoria pode continuar mobilizando e agregando mais pessoas à luta contra as reformas?

É fundamental que coloquemos em prática a construção de comitês contra as reformas ou pela Greve Geral nas universidades, juntando professores, alunos, técnico-administrativos e terceirizados, conforme deliberação do 32º Congresso do ANDES-SN. É fundamental aderir aos fóruns municipais e estaduais que estão aglutinando os diferentes segmentos da classe trabalhadora, e também se empenhar na pressão sobre os deputados. Devemos fortalecer os espaços coletivos dentro e fora da universidade e criar espaços onde eles não existem.

A propósito, quais os elementos mais danosos dessas propostas apresentadas pelo governo para os docentes e a educação superior?

A contrarreforma da Previdência não pode ser analisada de forma isolada, e sim em articulação com a reforma trabalhista, a terceirização irrestrita, com a possibilidade da contratação de professores via Organizações Sociais, a aprovação do marco da Ciência e Tecnologia realizada no governo passado e a reforma do Ensino Médio. Então existe um conjunto de ações articuladas cujos objetivos são destruir as políticas públicas – e, nesse sentido, a educação é uma política pública que está sendo fortemente atacada – e destruir a mobilização dos trabalhadores, explícita na reforma trabalhista. A prevalência do negociado sobre o legislado significa deslegitimar os espaços de organização dos trabalhadores. O desafio é pensar essas contrarreformas como um projeto do Capital e, portanto, de ataque às políticas públicas (em especial de Educação, Saúde e Previdência), além de reagir de forma organizada a esse processo.

nta a unidade da classe barrar as contrarreformas

O que o ANDES-SN tem feito para barrar essas propostas? Há atuação junto ao Congresso?

Atuamos em todas as frentes possíveis. Realizamos ações semanais dentro do Congresso Nacional e participamos das frentes contra as reformas hoje instituídas dentro daquela Casa e de audiências públicas. Fortalecemos a organização coletiva dentro dos Estados, municípios e universidades. Além disso, nossa central sindical articula, em parceria com as demais seções sindicais a necessidade de construir a Greve Geral e as mobilizações. Realizamos um conjunto de ações que começa com a articulação de nossa base e segue na pressão sobre os deputados.

A direção vislumbra a possibilidade de uma greve setorializada, como estão fazendo alguns segmentos?

Avaliamos que, neste momento, devemos construir uma greve que envolva todos os segmentos. As greves isoladas não contribuem para atingir nossos objetivos, que é barrar as contrarreformas, ataques que atingem não apenas os professores, a classe trabalhadora e as políticas públicas e sociais. Essas reformas devem ser observadas a partir da lei do teto de gastos, do congelamento dos recursos por vinte anos, do ajuste fiscal dos estados. Por isso, o enfrentamento a essas medidas deve ser feito em conjunto com as demais categorias. No entanto, quem define se a greve deve ser isolada ou não é a própria base. E se a base indicar tal decisão, vamos debatê-la nas instâncias devidas.

Qual o papel das seções sindicais no processo de mobilização dos docentes contra as reformas?

Quando me perguntam o que é o ANDES, costumo responder que nosso sindicato são nossas seções sindicais. Todas as ações deliberadas durante os Congressos, que são orientadoras da ação da direção nacional, só ganham vida se implementadas pelas seções sindicais. Então, o papel das seções sindicais é fundamental, por exemplo, na formação de comitês para estabelecer a Greve Geral, cumprindo a deliberação de fortalecer os espaços municipais e estaduais de articulação com outras categorias, cumprir a deliberação de criar seções da CSP-Conlutas em todos os Estados, como ocorreu em Manaus. Nossas seções sindicais têm um papel fundamental ao mobilizar os professores e divulgar o material enviado pelo ANDES.

Em entrevista publicada no site do ANDES-SN, você afirma que, em vistas das diversas denúncias de corrupção envolvendo o governo federal e parlamentares, é necessário demonstrar nas ruas que esses governantes não têm legitimidade para retirar direitos dos trabalhadores. Este seria, mais do que nunca, o momento ideal para a reação da classe trabalhadora?

Sim. Primeiro porque nunca tivemos um governo com uma

popularidade tão baixa quanto a do Michel Temer, com menos de 10% de aprovação. Em segundo lugar, várias denúncias de corrupção pairam sobre o Congresso Nacional, sobre os partidos que, desde o processo eleitoral, se aliam com a burguesia. É o momento de pensar a forma como esses deputados são eleitos: como são feitas as alianças? como obtém dinheiro? têm votos suficientes para serem eleitos, ou parte desses deputados estão no Congresso por causa de suas legendas? O sistema eleitoral no Brasil é equivocado e dá margem para distorções. Este é o momento de questionarmos tais aspectos, e sabemos que deputados e senadores só entendem uma língua: a pressão popular nas ruas e a possibilidade de não assumirem cargos depois de 2018.



Foto: Anderson Vasconcelos

Entrevistada: Eblin Joseph Farage.
Formação: Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e presidente do ANDES-SN. É professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).

CRÔNICA

SOBRE IDIOTAS E FEITICEIROS: POR QUEM BA

Por Epitácio Macário

Certa vez, já faz tempo, Tio Chico Januário contou uma anedota para exemplificar o que seria um completo idiota. Eu estava na roda de crianças... Como disse, já faz tempo.

Contou ele:

“Três homens saíram a explorar os arredores de onde moravam. Caminharam sem rumo e quando caiu a noite deitaram no leito seco de um rio e dormiram. Quando acordaram, no amanhecer, estavam com as pernas misturadas, umas por cima das outras. Eram idiotas o suficiente para acharem que a separação das pernas – que estavam misturadas – dependia de operações abstratas complexas, operações para as quais eles não tinham preparo. Um terrível risco espreitava cada um: levantar e sair por aí caminhando com pernas que não eram suas. Oh, Deus! Que fazer? Foi esta a interrogação que dominou suas cabeças e ficaram lá amalgamados, se remexendo com calma para evitar coisa pior.

A manhã foi passando. O sol queimava seus corpos. A areia esquentava. As cigarras anunciavam a hora decisiva. O meio dia se aproximava.

Encarregados de retocar a taipa, encaibrar e entelhar a casa levantada pelo mutirão na vila que ribeirinha, um oleiro e um carpinteiro iam passando, viram o rebuliço dos homens na areia quente e, supondo ser uma briga, se aproximaram cautelosos. Aflitos, os homens imbricados contaram-lhes o desditoso acaso.

A longa experiência nos ofícios dava ao oleiro e ao carpinteiro a certeza de que há coisas que não se misturam. As pernas eram destas. Mas os homens imbricados estavam tão convencidos da simbiose que não lhes deram ouvidos.

Foi então que o oleiro e o carpinteiro resolveram dissolver o imbróglio de modo vário. Tomaram seus martelos e foram dando estocadas na altura da tibia. A cada martelada, um homem desimbricava uma perna e agradecia com lágrimas nos olhos. Qual não foi a alegria, quando, um por um, os ho-

mens imbricados foram reconhecendo suas próprias pernas, assumindo-as como suas e pondo-se novamente de pé”.

Essa história é brasileira.

O amálgama das classes dominantes, entre o industrialismo liberal e os fazendeiros retrógrados, tem sido uma constante ao longo da formação do capitalismo brasileiro. Uma imbricação que não comporta transições revolucionárias senão sob a forma de transações transadas pelo alto, onde o novo se põe pagando altíssimo tributo ao velho. De tal forma entrançadas são as relações econômicas e políticas entre forças do moderno e do arcaico, que aqui se engendrou uma forma híbrida, mas não dual, em que o novo se alimenta do velho e o repõe – o que Chico chamou de Ornitorrinco.

O oleiro e o carpinteiro cumprem nessa situação um papel dissolutor, pois não é possível separar as pernas do agronegócio, da semiescavidão, da informalidade, da superexploração e dos nichos da aristocracia do trabalho nos setores mais avançados da economia. Como é impossível também separar a política oficial da ladroagem, o liberalismo esclarecido do coronelismo, a aristocracia togada da corrupção.

Portadores da força que pode o máximo, o oleiro e o carpinteiro vão percebendo, assim, que não podem



Ilustração: Jessy Martins

o mínimo: suas marteladas para organizar e limpar as engrenagens do amálgama originário põem em risco toda a estrutura econômica e política. Por isto, são combatidas com furor sempre que ressoam.

Eles aprendem por experiência histórica que, da mesma maneira que há coisas que não se misturam, há outras que não se separam – como irmãs siamesas.

De vez em quando, porém, alguns titubeiam em suas convicções, perdem de vista o que a experiência lhes mostra e aderem ao amálgama originário com a melhor das intenções: a partir de dentro e lançando mão dos instrumentos ali existentes, preten-

BATEM OS MARTELOS DOS JUÍZES



o feitiço - ops, o amálgama! - se não participando dele na condição de sócio. E vai se acostumando, se misturando cada vez mais, se diluindo. Alguns passam até a gostar! Sem nem se perguntarem se o feiticeiro - o original! - não teria maior expertise e não estaria articulando suas forças para um ataque futuro.

Quando o sol brilha forte e a areia esquenta é normal que surjam conflitos entre os homens imbricados. O canto das cigarras ecoa de novo estridente, anunciando a hora definitiva. Vai chegando o meio dia naquele areal de deserto. Aumentam as cotoveladas. O ar viciado. As partículas se deslocam rápido e formam sínteses.

dem revirá-lo ao avesso. Renegam sua sabedoria, seus sonhos, seus instrumentos próprios, seus companheiros e iniciam uma aventura como se transportassem, erroneamente, um recurso estético para o campo da política, empunhando com paixão o que diz o poeta “não quero o que a cabeça pensa / eu quero o que a alma deseja”.

Fazem como um aprendiz de feitiçaria que bate continência para o feiticeiro, entra em sua gruta, segue os rituais por ele estabelecidos, apropria-se dos meios ali existentes para ali estar... E nisso começa a admitir e a professar que não há outra possibilidade para a ação de transformar

É, então, que das rabiscas palacianas se passa à força bruta para expulsar as impurezas, repondo o amálgama originário. Caem os recém-convertidos oleiros e carpinteiros porque não cabem, nunca couberam, no amálgama originário. Já aos aprendizes de feitiçaria, as forças dominantes impõem a alternativa: ou a servidão absoluta ou a exoneração - ops, a prisão!

Os votos de Gilmar Mendes, Napoleão Nunes Maia, Ademar Gonzaga e Tarcísio Vieira foram corretos neste dia 9 de maio de 2017. Eles defenderam Temer e, por este intermédio, Dilma Rousseff, que eram imbricados até recentemente. Não há nenhuma incoerência nas suas escolhas porque participaram

do amálgama não como idiotas, mas como feiticeiros - que sabiam de qual lado estavam, desde o início.

A martelada de Gilmar, a última da tediosa sessão, não fora desferida na tibia, mas na cabeça dos idiotas que abandonaram seus sonhos, seus instrumentos, suas convicções e passaram a apostar nas regras estabelecidas. Daqueles que se entregaram à luxúria de um encontro casual com o inimigo, sem atentar, agora sim, para o alerta de que “o amor é uma coisa mais profunda / que uma transa sensual” - ou para a lição do mesmo poeta que diz “não cante vitória muito cedo não / nem leve flores para a cova do inimigo”.

Espera-se que as marteladas dos juizes - o Moro já deu a sua! - sirvam para que os recém-convertidos retornem à sua classe de origem, assumam suas pernas e passem a caminhar por conta própria - juntamente com os seus. Pois, na situação em que se meteram, vão ser martelados de todos os lados.

No pingo do meio dia, enquanto as contradições no bloco dominante se acentuam e os personagens do triste amálgama se contorcem e acotovelam, os oleiros e carpinteiros, jovens e adultos, mulheres e homens trabalhadores estão se armando. Uns acunham bem os martelos, outros amolam as foices sabendo que a temperatura vai subir ainda mais e que são eles que podem desferir estocadas resolutivas. São legiões que aprenderam pela experiência, pela dor da misoginia e homofobia, pelo açoite do trabalho e o inferno do desemprego que tem de bater forte contra o próprio amálgama.

Que se comece pela cabeça e pelas pernas.

Greve Geral! Nenhum direito a menos! Fora Temer!

Epitácio Macário é doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Atua em temas como trabalho, educação, desenvolvimento econômico e questão social.

DESMONTE

Luta de Classes no século XXI

Por Luiz Fernando Souza

Em 1848, Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista, assinalavam que “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”. Na segunda metade do século XX, pululou um conjunto de reflexões que anunciavam o fim do trabalho, pontuavam que estaríamos diante de uma metamorfose tão profunda no processo de produção do mais-valor que categorias antes centrais para explicar a estrutura da sociedade capitalista teriam perdido sua potência heurística. Classes sociais era uma destas categorias que já não explicariam as relações sociais numa era “pós-industrial”, “pós-fordista”. As primeiras décadas do século XXI nos desafiam a avançarmos uma crítica da crítica de tais categorias sob pena de mergulharmos num irracionalismo que invariavelmente nos levará à barbárie.

István Mészáros, em *O Século XXI: socialismo ou barbárie?*, refuta os argumentos dos arautos do fim do trabalho. Assinala que, efetivamente, nossa contemporaneidade experimenta uma crise do capitalismo que é estrutural e só aprofunda o antagonismo entre o capital e o trabalho através da “subordinação estrutural e hierárquica” deste último ao primeiro. Neste ambiente, pois, o recurso à rejeição de categorias centrais para a desmistificação das relações de produção capitalistas, tais como valor, trabalho e lutas de classes (*klassenkämpfe*), se desdobra numa apreensão da existência de modo reificado, coisificado.

As crises financeiras que marcaram o capitalismo ao longo do século XX foram enfrentadas com medidas anticíclicas, reformas, Welfare State, que garantiam a paz social e a retomada de ciclos de acumulação e ampliação de capital, porém, na segunda metade daquele século, a partir da década de 1970, as crises passaram a ser mais recorrentes e profundas, até que chegamos à crise de 2008, marcada

pela derrocada das hipotecas subprime que erodiu os principais bancos de investimentos norte-americanos e abalou a economia numa escala global. Aliada à esta escalada de crises da segunda metade do século XX, temos as políticas de corte neoliberal que avançaram medidas de desmonte de todas as conquistas que o mundo do trabalho obtivera até ali.

Chegamos ao século XXI com a crise estrutural do capital apresentando à classe trabalhadora a sua face mais sombria. O receituário dos economistas, dos acionistas das grandes corporações, dos agentes políticos que disputam a esfera estatal, para o enfrentamento das crises só apresenta medidas que precarizam o trabalho, marcando-o por baixos salários, empregos temporários, part-time, desregulamentado. Ricardo Antunes, em *Adeus ao Trabalho?*, assinala uma transformação sem precedentes, que desproletariza o trabalho industrial fabril dos países centrais no capitalismo, que repercute também na periferia. À desproletarização do trabalho corresponde uma subproletarização da força de trabalho em escala mundial ou, para situar numa linguagem que considero mais apropriada, a emergência do precariado, compreendido, segundo Ruy Braga, em *A Pulsão Plebeia*, como “grupo de pessoas despojadas de garantias trabalhistas submetidas a rendimentos incertos e carentes de uma identidade coletiva enraizada no mundo do trabalho”. Objetivamente, o capital toma a via da barbárie, da irracionalidade.

É no contexto da crise estrutural do capital que devemos compreender a atual crise econômica e política brasileira e o ataque ao mundo do trabalho. É isso que explica, em certa medida que, na condição de governo sem a legitimidade do voto popular, o governo Temer tenha acelerado o processo de contrarreforma que aprofunda ainda mais o processo de precarização do mundo do trabalho. Desse modo, a aprovação da chamada PEC dos Gastos, que congela o orçamento público por vinte anos, a reforma

do ensino médio, o Programa Escola Sem Partido, a reforma trabalhista e a reforma da Previdência são a ponta de lança da lógica de desmonte do mundo do trabalho e de direitos sociais. Tal opção é o modo brasileiro pelo qual o capital toma a via da barbárie. Assim, o massacre de trabalhadores sem-terra no Pará, a morte de indígenas, as chacinas na periferia do país que massacraram a juventude pobre, negra, cabocla, o feminicídio, a lgbtphobia, a destruição do meio natural, etc., são manifestações fenomênicas da referida via que tomamos na crise estrutural.

Contudo, vale ressaltar que, o capital não avança pela barbárie sem que o mundo do trabalho não se coloque no palco da história de modo a resistir à lógica do desmonte. Greves, ocupações de escolas, universidades, terras e prédios abandonados, luta por demarcação de terras indígenas, reforma agrária, contra a diminuição das áreas protegidas na Amazônia, contra a violência policial, e tantas outras, são demonstrações inequívocas de que o mundo do trabalho, indo em direção oposta à toda reificação do pensamento, compreende o lugar antagônico que deve ocupar na luta contrária à destrutibilidade que os donos do capital impõem.

Desse modo, ainda que a crise estrutural já se desdobre no caminho do irracionalismo e da barbárie, as lutas de resistência que as diversas faces do mundo do trabalho erguem, efetivas lutas de classes, desafiam dialeticamente o movimento do pensar e do real, da praxis, a se insurgir e propor uma alternativa. As lutas de classes no século XXI, então, apontam para duas vias irreduzíveis entre si, qualitativamente distintas e antagônicas: barbárie ou socialismo.

Luiz Fernando Souza é professor do Departamento de Ciências Sociais, da Ufam, mestre pelo Programa de Pós-graduação Natureza e Cultura na Amazônia e doutorando em Sociologia na Unicamp.

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/05/2017 A 31/05/2017

QUADRO RESUMO		abr/17	mai/17
SALDO ANTERIOR		R\$ 35.278,47	R\$ 38.088,63
RECEITAS		R\$ 85.620,60	R\$ 91.286,34
DESPESAS		-R\$ 82.810,44	- 95.665,10
RESULTADO OPERACIONAL DO MÊS		R\$ 2.810,16	-R\$ 4.378,76
RESULTADO LIQUIDO DO MÊS		R\$ 38.088,63	R\$ 33.709,87
Banco do Brasil S/A		R\$ 55.336,67	R\$ 46.127,90
Aplicações Banco do Brasil		R\$ 527.526,07	R\$ 530.161,90
Caixa		R\$ 192,75	R\$ 996,67
SALDO ATUAL DISPONIVEL		R\$ 621.144,12	R\$ 610.996,34

PAIOL DA CULTURA

Instalação artística usa Terra Preta de Índio

Uma intervenção artística inédita, que usa a Terra Preta de Índio como pintura numa parede de 24 metros e réplicas de cacos de cerâmica, que, transformados em bronze brilham como ouro. É assim a instalação 'Nem tudo que reluz é ouro', da artista paulista Simone Fontana Reis, em cartaz no Paiol da Cultura do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTIC). A instalação fica à disposição do público, em Manaus, até o dia 20 de agosto.

O trabalho é resultado de uma imersão artística de Reis no programa Labverde, durante 15 dias na Reserva Florestal Adolpho Ducke do Inpa. Lá, a artista entrou em contato com o pesquisador Charles Clement, defensor da teoria da domesticação da Amazônia, e de quem recebeu a inspiração. Foram, no total, seis meses de pesquisa até a conclusão da obra.

A artista conta que tem a pretensão de levar a instalação para outros lugares do Brasil e confessa que a exposição ficou melhor do que ela imaginava. "Nós, artistas, só fazemos ideia do projeto depois que ele é materializado. O resultado superou minhas expectativas", comemorou.

Segundo a autora, eram as mulheres quem confeccionavam as cerâmicas, os grafismos e quem desenvolveram a tecnologia da terra preta, habilidade passada de mãe para filha. "Este

trabalho faz uma reverência forte à mulher ameríndia e o Paiol da Cultura era o lugar ideal para a instalação. Afinal, as paredes são redondas e lembram um pouco o útero", explica.

O fotógrafo Alberto Cesar Araújo, que prestigiou a exposição, conta que o tema tem uma ligação direta e emocional com ele, natural do município de Urucurituba, local que abriga um grande sítio arqueológico. "Meus pais e avós achavam nos quintais de suas casas cerâmicas e artefatos arqueológicos. Isso ficou no meu imaginário", lembrou.

Para o artista, pintor, professor e escultor Turenko Beça, o trabalho conceitual de Simone Reis é "sensacional" pois utiliza a Terra Preta de Índio para fazer a pintura e ocupar o espaço da galeria, além de trazer réplicas de achados arqueológicos, numa preocupação da busca da ancestralidade e dos vestí-

francesas, pelo romance "HHhH".

Se, para compor aquela obra, Binet se debruçou sobre a figura do oficial nazista Reinhard Heydrich, em "Quem Matou Roland Barthes?" o escritor aproveita a morte do célebre semiólogo francês para traçar uma bem urdida trama policial, em que não faltam referências à alta e baixa cultura – outro tema caro à literatura do pós-guerra. Nesse caso, a dicotomia é representada por Jacques Bayard, um oficial de polícia rude e pragmático, e do romântico professor universitário Simon Herzog.

Instigado pelas circunstâncias da morte de Barthes (atropelado após um almoço com François Mitterand, candidato socialista à eleição presidencial de 1980), Bayard solicita auxílio de Herzog. A suspeita de assassinato deve-se ao teor de um texto supostamente assinado por Barthes, em que ele registrava a sétima função da linguagem que, se utilizada devidamente, poderia converter multidões em tomo de uma ideologia.

A diferença de temperamento e interesses

gios da humanidade.

"A Amazônia pré-colombiana é muito rica nesses achados, então quando ela ocupa e instala na parede esses achados a impressão que dá é que você está de fato numa escavação arqueológica". Já para o professor Afrânio Santos da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), que levou um grupo de alunos do curso de Artes Visuais para uma visita técnica, "o trabalho da artista Simone Reis é interessante porque é um conjunto que dialoga com formas, texturas e cores, e a artista conseguiu criar uma atmosfera e um ambiente, que transporta o espectador para um outro lugar".

entre os dois personagens resulta em sequências memoráveis. Por outro lado, Binet usa a aparente contradição para lançar a seguinte tese: a ciência dos signos, ou semiologia, é o método de investigação mais notável que existe, já que compreende praticamente todos os fenômenos do cotidiano.

Teorias à parte, Binet dedica parte da narrativa a desconstruir a aura sagrada de figuras do pensamento francês. Michel Foucault, Jacques Derrida e Julia Kristeva, por exemplo, são flagrados em cenas constrangedoras e até obscenas. Situações sucedem-se num ritmo de desenho animado, cuja inspiração lembra as sequências em que os personagens de Scooby Doo irrompem em portas que abrem e fecham sem parar (outra piscadela de Binet à cultura de massas). Só que protagonizadas por alguns dos mais influentes intelectuais do século XX.

Daniel Amorim é formado em jornalismo pela Ufam e tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo Especializado.



Foto: Roumen Koynov

Simone conversa com o pesquisador do Inpa Charles Clement, de quem recebeu inspiração

Vale a pena ler



Livro: Quem matou Roland Barthes?
Autor: Laurent Binet
Editora: Companhia das Letras
Nº Páginas: 416
Valor: R\$ 59,90

Reinventar pessoas e eventos históricos sob o ponto de vista da ficção é um dos recursos mais notáveis da chamada literatura pós-moderna. Apesar da repulsa que o termo ainda causa nos círculos acadêmicos, a estratégia continua rendendo bons resultados. É o que comprova o mais recente livro de Laurent Binet traduzido no Brasil. Em 2010, Binet venceu o Prêmio Goncourt, o mais cobiçado das letras

COLUNA FALA JURÍDICO

UNIVERSIDADES PÚBLICAS PODEM COBRAR MENSALIDADE EM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

Por **Fernanda Kelen Sousa da Silva**

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sessão realizada no dia 26/04/2017, firmou a tese de que “a garantia constitucional da gratuidade de ensino não obsta a cobrança, por universidades públicas, de mensalidade em curso de especialização”.

O julgamento se deu em sede de Recurso Extraordinário – interposto pela Universidade Federal de Goiás em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região –, com repercussão geral reconhecida, o que significa que essa interpretação constitucional deve ser aplicada de modo uniforme aos casos semelhantes.

Na prática, o STF permitiu que as universidades públicas procedam à cobrança de mensalidades por ocasião da oferta de cursos de especialização (pós-graduação lato sensu), porém o mesmo não vale para os cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado).

No decorrer do julgamento, o ministro Gilmar Mendes propôs que o plenário também permitisse a cobrança de mensalidade nas universidades públicas pela oferta de mestrado e doutorado, sob o argumento que, também nesses cursos, a maioria dos alunos é de classe média alta ou alta, todavia a proposta foi afastada pela maioria.

Nos termos do voto do Relator, Ministro Edson Fachin, o Supremo entendeu que existe uma diferenciação entre “ensino”, “pesquisa” e “extensão” e que o art. 213, §2º da Constituição autoriza a captação de recursos destinados à pesquisa e à extensão.

Para o STF, apenas as atividades ligadas à “manutenção e ao desenvolvimento do ensino” seriam exclusivamente custeadas com recursos públicos. Dessa forma, o legislador pode elencar as atividades que não se relacionam com esse objetivo, sendo permitido às universidades perceber remuneração por sua efetivação.

Do mesmo modo, as universidades, com esteio na autonomia universitária, prevista no art. 207 da Constituição Fede-

ral, podem definir quais são as atividades de pesquisa e extensão passíveis de realização em regime de colaboração com a sociedade civil.

Por outro lado, também é permitido à universidade, na oferta do curso de especialização, definir se este se destina à manutenção e desenvolvimento do ensino, hipótese em que os recursos para o seu financiamento deverão ser exclusivamente públicos.

No caso em tela, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) foi admitido como *amicus curiae* e expressou o posicionamento de que o comando constitucional é expresso e claro no sentido da gratuidade do ensino, não trazendo nenhuma distinção em relação aos níveis da educação, se fundamental, médio ou superior, bem como entre as diversas modalidades de curso: ensino, pesquisa ou extensão.

Nesse sentido, o Ministro Marco Aurélio, voto vencido no julgamento, defendeu que o inciso IV do art. 206 da CF prevê um princípio inafastável que garantiria a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais, sem distinção, se de ensino básico, fundamental, superior, graduação ou pós-graduação, não cabendo ao intérprete fazer distinção onde o texto constitucional não o fez, sob pena de gerar privilégio apenas aos que possuem condições de arcar com os valores cobrados para os cursos.

Interessante ressaltar que o STF já havia decidido, também em sede de Recurso Extraordinário (RE 500.171, Pleno, DJe 24.10.2008), que “a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal”, dispositivo que institui o princípio da “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”.

O resultado deste julgamento deu origem à Súmula Vinculante nº 12. Contudo, afastando qualquer vinculação entre os julgados, o Relator explicou que os precedentes que deram origem à súmula não tratam de qualquer curso realizado pelas universidades públicas, mas apenas dos cursos de ensino superior.

Fernanda Kelen é advogada (OAB/AM 11.739) e da Assessoria Jurídica da ADUA.

Comentários



Patricia Melo Sampaio
Que linda iniciativa! Só faltou um historiador nessa mesa. **(Sobre a “Mesa Redonda – Antonio Candido (1918-2017): Intérprete do Brasil” realizada no dia 26 de maio, na ADUA, para homenagear o crítico literário)**



Claudia Guerra
Melhor nem comentar. Absurdo! Será que a administração dará o mesmo cuidado que deu à sinuosa curva do Setor Norte? Todo serviço parado... para todos verem o descaso! **(Sobre o risco de desabamento do prédio da Ufam em Benjamin Constant, identificado pela Defesa Civil daquele município)**



Gleice Antonia de Oliveira 30 de junho de 2017 é Greve Geral! Contra Reformas e pela Reversão da Lei de Terceirização e do Ensino Médio!!! #NenhumDireitoAMenos! #ForaTemer! **(Sobre o calendário de mobilização para a Greve Geral do dia 30 de junho, divulgado pela ADUA).**



Ana Cristina Fernandes Martins
Dia 30, Greve Geral!
No dia 28 de abril tivemos motivos de sobra para fazer uma greve geral para contestar o estado de coisas que aí estão, decorrente das ameaças iminentes representadas pelas Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência, que retiram direitos dos trabalhadores/trabalhadoras. Nesse momento, em decorrência do agravamento de um quadro que tende a piorar e, prejudicar mais ainda quem está em situação de desemprego, precarizar quem trabalha e penalizar as futuras gerações no que tange à perda de direitos, se faz necessária nossa mobilização e organização urgente. #NenhumDireitoAMenos #ForaTemer **(Sobre o calendário de mobilização para a Greve Geral do dia 30 de junho, divulgado pela ADUA).**